

EFICÁCIA E EQUIDADE:

INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Robinson Moreira TENÓRIO¹ – UFBA

robinson.tenorio@uol.com.br

Maria do Carmo Gomes FERRAZ² - IFBA

mariadferraz@ibest.com.br

Jucinara de Castro Almeida PINTO³ - IFBA

jucinara@ifba.edu.br

RESUMO

Um dos grandes desafios da educação pública brasileira diz respeito à inclusão, com sucesso, de todos os alunos no processo educacional. As pesquisas apontam através dos seus indicadores o baixo desempenho acadêmico dos alunos, a exemplo dos resultados do IDEB e do PISA. Assim, não basta simplesmente garantir a oferta de vagas, ou o acesso de todos os alunos às escolas, é preciso uma educação de qualidade, eficaz, em que os alunos possam aprender, de forma a garantir a educação como direito público subjetivo. Neste sentido, necessário se faz melhorar os resultados acadêmicos e fomentar a aprendizagem e o progresso dos alunos. Este ensaio conceitual, com base em uma bibliografia selecionada, discute a importância da educação de qualidade na perspectiva da eficácia e da equidade. Aborda o conceito de eficácia como indicador da qualidade educacional e sua importância para a consolidação de uma sociedade democrática, e ainda, discute a importância da equidade como promotora da justiça social e reparação histórica com os diversos segmentos sociais que foram excluídos dos bens econômicos e culturais necessários para uma vida digna.

Palavras-chave: Eficácia. Equidade. Qualidade.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a importância da consolidação da educação de qualidade, como direito, enquanto promotora da articulação entre a eficácia, equidade e da avaliação constante do processo educacional, está na agenda da educação na atualidade. A importância dessa

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia PPGE/FACED/UFBA, Coordenador do Projeto “Determinantes da Equidade no Ensino Superior” financiado pela CAPES/ OBEDUC.

² Professora de Sociologia da Rede Pública do Estado da Bahia; Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA/Câmpus de Barreiras, aluna do mestrado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia FACED/UFBA, pesquisadora do OBEDUC.

³ Técnica Administrativa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA/Câmpus de Barreiras, aluna do mestrado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia FACED/UFBA, pesquisadora do OBEDUC.

temática deve-se ao fato de que uma sociedade democrática deve ser promotora da inclusão social e da educação como direito público subjetivo. O que não é uma tarefa fácil, considerando a realidade educacional no nosso país marcado por desigualdades regionais, políticas, culturais e econômicas.

A avaliação serve para direcionar nossas ações, nos leva a tomar decisões e a buscar novos caminhos que podem nos auxiliar a alcançar o objetivo que queremos. Avaliação e qualidade são termos intrinsecamente relacionados quando utilizados na educação. Para Tenório e Ferreira (2010) no processo de produção do conhecimento no campo educacional, a construção de indicadores tem um destaque especial por propiciar a discussão da validade relacional entre teoria e a realidade empírica. Dentro dessa perspectiva, os indicadores de qualidade se revelam como um elemento, sinal ou aviso que revela ou denota características especiais ou qualidade, que aponta uma direção, mostrando a conveniência de, ou aconselhando alguma ação.

Dessa forma, a avaliação da prática educativa é de fundamental importância e não deve ser apenas um momento formal para satisfazer a burocracia da escola e do sistema, mas deve estar a serviço de uma prática democrática com vistas à formação de uma sociedade equânime, equitativa e ética.

Este artigo discute a importância da educação de qualidade na perspectiva da eficácia e da equidade. No primeiro momento, aborda o conceito de qualidade e da eficácia como indicador da qualidade educacional e sua importância para a consolidação de uma sociedade democrática. No segundo, discute a definição e a importância da equidade como promotora da justiça social e reparação histórica com os diversos segmentos sociais que foram excluídos dos bens econômicos e culturais necessários para uma sobrevivência digna, ao longo da história do nosso país.

QUALIDADE E EFICÁCIA: A ESCOLA PODE FAZER A DIFERENÇA

Se até o final da década de 80 o principal desafio da educação brasileira era, talvez, a universalização do acesso à escola, hoje, apesar do acesso não estar ainda garantido em todos os níveis de ensino, está claramente colocado um novo e grande desafio: melhorar a qualidade do ensino ofertado, oferecer uma educação de qualidade. Nessa direção, Dias Sobrinho (2010, p. 1238) afirma

Todo indivíduo tem direito a uma educação de qualidade. O Estado, com a participação da sociedade, por princípio de justiça social e por estratégia de desenvolvimento nacional sustentável, tem o dever de assegurar a educação de qualidade como um bem social disponível a todos.

A “educação de qualidade” é um conceito complexo, com vários sentidos e que envolve a avaliação de forma sistemática com vistas à melhoria do processo. Quando se coloca a questão da qualidade da educação necessária se faz a compreensão da educação enquanto prática social e histórica que espelha as relações sociais. Ferreira e Tenório (2010, p. 172) definem qualidade educacional

Como o caráter de diversos elementos associados às seguintes dimensões de qualidade: a) eficácia – atingir metas estabelecidas; b) eficiência – otimizar o uso dos recursos; c) efetividade – considerar os resultados sociais do serviço; d) – equidade – minimizar o impacto das origens sociais no desempenho; e) satisfação – relação entre expectativas e satisfação dos segmentos interessados.

A educação enquanto socialização da cultura reflete a história construída pelos seres humanos e seu tempo. O termo “Qualidade na Educação” tem um caráter polissêmico, pois pode assumir diversas acepções a depender do ponto de vista do interessado; para o aluno uma escola de qualidade pode significar a que apresenta o melhor resultado nos vestibulares, para a indústria a que insere os melhores profissionais no mercado. Assim o que vem a ser qualidade para um, pode não ser qualidade para o outro. (CATUNDA, 2012)

Muito se tem falado em educação de qualidade, mas o que vem a ser qualidade na educação? Para a Unesco,

A qualidade se transformou em um conceito dinâmico que deve se adaptar permanentemente a um mundo que experimenta profundas transformações sociais e econômicas. É cada vez mais importante estimular a capacidade de previsão e de antecipação. Os antigos critérios de qualidade já não são suficientes. Apesar das diferenças de contexto, existem muitos elementos comuns na busca de uma educação de qualidade que deveria capacitar a todos, mulheres e homens, para participarem plenamente da vida comunitária e para serem também cidadãos do mundo. (UNESCO, 2001:1 *apud* GADOTTI, p.2)

A discussão sobre educação de qualidade teve destaque na década de 90. Com a Constituição de 1988, que consolidou o processo de democratização da sociedade, a educação fundamental passa a ser um direito público subjetivo, bem como a vinculação constitucional de recursos para a educação. No campo educacional a reforma do Estado influencia na política educacional a partir dos organismos multilaterais na formulação de políticas

educacionais. A gestão educacional a ter referências no modelo empresarial no qual o planejamento estratégico tem destaque, bem como a eficiência, racionalidade e produtividade em sintonia com a lógica do capitalismo. (DOURADO, 2007)

Consideramos que o grande desafio da qualidade educacional hoje é a promoção da eficácia e equidade, especialmente na existência de um contexto socioeconômico marcado pelas desigualdades sociais. Daí a necessidade de tornar o campo educacional um espaço de reflexão dessa temática, orientando ações e práticas efetivas, eficientes e criativas que contribuam para inclusão e permanência de cada um e de todos os alunos indistintamente com sucesso acadêmico.

A eficácia está relacionada com a qualidade da educação. Alguns autores preferem nomeá-la como o estudo do efeito-escola e outros denominam escolas eficazes. Segundo Brooke e Soares (2008, p. 10) por “efeito-escola entende-se o quanto um dado estabelecimento de ensino escolar, pelas suas políticas e práticas internas, acrescenta ao aprendizado do aluno.” Com essa ideia cada escola seria analisada a partir do desempenho dos alunos em função do seu processo de ensino-aprendizagem. Já o termo escola eficaz sinaliza que escolas são diferentes com relação ao seu desempenho em termos de aprendizagens por parte dos alunos, "é aquela que ensina bem os conteúdos curriculares e se preocupa com o aluno de maneira global, com a formação de valores, ética e cidadania e a criação de oportunidades". (BROOKE, 2011, p.1)

Ao considerar que a eficácia está relacionada à qualidade da educação, Brooke e Soares (2008) afirmam, a partir dos estudos de Rutter na década de 80, que a ideia da eficácia é variável entre as escolas dentro da mesma rede ou sistema e com os mesmos recursos. Com relação a esses estudos foi revelado que determinados aspectos do funcionamento da escola, enquanto instituição social, tem significado na efetivação da eficácia escolar como:

[...] o sistema de premiações (muitos estímulos e elogios) e punições; a criação de posições de responsabilidade para os alunos; a ênfase no trabalho acadêmico (deveres de casa e objetivos acadêmicos claros); a liderança; os bons modelos de comportamento estabelecidos pelos professores e o envolvimento dos professores nas decisões da escola. (BROOKE E SOARES, 2008, p. 219)

Ao considerar a necessidade conceitual da eficácia na educação, Murillo (2008, p.481) afirma que a linha de pesquisa em eficácia escolar refere-se à capacidade que as escolas possuem para influir no desenvolvimento dos alunos, como também saber os fatores que determinam uma escola eficaz e destacou no panorama da pesquisa ibero-americana sobre

eficácia escolar, dois fatores: “os recursos humanos e materiais e a qualidade do docente e de suas condições para desempenhar seu trabalho”.

O termo “eficácia escolar”, assim como a linha pesquisa que leva o seu nome, tem uma importante conotação negativa em grande parte de nossos países. Do nosso ponto de vista isso foi gerado, em grande medida, por uma confusão conceitual, talvez interessada, que fez com que se considerassem como estudos de eficácia escolar trabalhos enquadrados na linha de “produtividade escolar”. A diferença entre ambos os enfoques é radical. Enquanto os estudos sobre a produtividade têm raízes e desenvolvimento estritamente economicistas e buscam otimizar os insumos para conseguir os produtos (o que se entende como eficiência), os trabalhos de eficácia escolar são estudos puramente pedagógicos, aos quais interessa analisar quais processos redundam em melhores objetivos (ou seja, eficácia). (MURILLO, 2008, p. 468)

Sammons (2008) apresenta onze fatores para escolas eficazes:

1. Liderança profissional: firme e objetiva; um enfoque participativo; um profissional que lidera.
2. Objetivos e visões compartilhados: unidade de propósitos; prática consistente; participação institucional e colaboração.
3. Um ambiente de aprendizagem: um ambiente ordenado; um ambiente de trabalho atraente.
4. Concentração no ensino e na aprendizagem: maximização do tempo de aprendizagem; ênfase acadêmica; foco no desempenho.
5. Ensino e objetivos claros: organização eficiente; clareza de propósitos; aulas bem estruturadas; ensino adaptável.
6. Altas expectativas: altas expectativas em geral; comunicação de expectativas; fornecimento de desafios intelectuais.
7. Incentivo positivo: disciplina clara e justa; feedback.
8. Monitoramento do desempenho do aluno; avaliação do desempenho da escola.
9. Direitos e responsabilidades do aluno; aumentar a auto-estima do aluno; posições de responsabilidade; controle dos trabalhos.
10. Parceria casa-escola: envolvimento dos pais na aprendizagem de seus filhos.
11. Uma organização orientada à aprendizagem; desenvolvimento de pessoal baseado na escola. (SAMMONS, 2008, p. 351)

Esses fatores são fruto de uma pesquisa desenvolvida na Europa, que podem servir de referencial na compreensão do que são escolas eficazes. Entretanto, cada realidade tem a sua especificidade a partir do seu contexto histórico, social, econômico e cultural; uma escola no Brasil pode ter sua eficácia determinada por um conjunto diferente ou parcialmente diferente de fatores.

No Brasil, as pesquisas sobre eficácia escolar ou efeito da escola na aprendizagem dos alunos da educação básica, se consolidaram a partir de 1990 com as publicações do SAEB, que contou com dados descritivos sobre o desempenho dos estudantes, o que proporcionou a possibilidade do monitoramento do sistema com relação à pesquisa escolar. Depois desse período, as pesquisas foram realizadas no sentido de avaliar os efeitos das escolas na aprendizagem dos alunos.

As pesquisas brasileiras sobre eficácia escolar ainda são incipientes se comparadas às pesquisas internacionais. Entretanto, foi quando da constituição do Projeto GERES - Pesquisa Longitudinal da Geração Escolar, em 2005, realizado em articulação com diversas universidades brasileiras, que as pesquisas acerca da temática começaram a se consolidar. Alves e Franco (2008) afirmam que o padrão para a pesquisa sobre eficácia escolar utiliza dados longitudinais, por favorecer ao controle da influência da aprendizagem anterior dos alunos no cálculo do efeito das escolas.

Desta forma, as pesquisas sobre fatores de eficácia escolar dizem respeito à avaliação das instituições de ensino com relação à aprendizagem dos alunos e seu desempenho acadêmico entre as diversas escolas.

Os fatores associados à eficácia escolar, segundo Alves e Franco (2008, p. 494), citados na literatura brasileira, estão agrupados em cinco categorias, a saber: “recursos escolares, organização e gestão da escola, clima acadêmico, formação e salário docente, ênfase pedagógica.” Observa-se que algumas dessas categorias estão fora do controle das escolas no Brasil, considerando que o sistema educacional define o aporte de recursos que as escolas recebem a partir de projetos implementados pelo MEC, havendo uma centralização dos recursos por parte das secretarias de educação, quando estas tem autonomia na gestão dos 25% destinados à educação, conforme determina a Constituição do país.

Os pesquisadores reconhecem que alguns dos fatores associados à eficácia escolar estão fora do controle da maioria das escolas públicas, que respondem por cerca de 90% das matrículas em Educação Básica. No Brasil a existência de infraestrutura, equipamentos e a disponibilidade de professores não dependem diretamente da escola, mas dos sistemas de ensino. Mas os fatores relacionados à organização e gestão escolar, aos objetivos pedagógicos e ao clima acadêmico dependem principalmente dos sujeitos escolares, o que é garantido pela LDB através da autonomia das escolas e da flexibilização curricular. (ALVES e FRANCO, 2008, p.498)

Na dimensão do desempenho cognitivo dos alunos os indicadores de resultados do PISA em 2012, bem como o resultado do IDEB têm servido de medidas e sinalizam para um baixo desempenho dos alunos da rede pública quando comparados com os alunos da rede particular. Este fato precisa ser compreendido à luz da realidade brasileira onde, ainda, persiste uma forte concentração da riqueza nas mãos de uma minoria e uma forte desigualdade na distribuição da renda. Portanto, os investimentos na educação, ao longo da história do Brasil, não foram suficientes para solucionar as demandas da sociedade neste setor. Segundo Soares e Alves (2013, p.149)

[...] O fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) recomenda que a organização escolar deve ser monitorada com indicadores de seis dimensões: alunos: foco nos direitos dos alunos; ambiente: infraestrutura adequada às suas funções; conteúdo: relevância e pertinência; processos: adequados e compatíveis com a comunidade atendida; resultados: qualidade e equidade; custos: eficiência nos gastos.

Neste sentido, é pertinente a discussão acerca da eficácia escolar. Sendo assim, a eficácia escolar não se refere simplesmente à promoção da qualidade da educação, mas também a promoção da equidade entre segmentos sociais distintos que estão excluídos da e na escola, especialmente na rede pública, buscando promover a justiça social para todos os segmentos excluídos do processo educacional. Concordamos com Alves e Franco (2008, p. 493) quando afirmam que “esses estudos analisam as estruturas associadas ao desempenho do conjunto dos alunos e que diminuem o efeito das desigualdades do desempenho associados ao gênero, raça/cor ou nível socioeconômico”.

EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Ligada ao princípio da justiça social, a equidade diz respeito às diferenças na perspectiva da igualdade de condições na sociedade. O direito de possuir diferenças legalmente reconhecidas permite ao ser humano a possibilidade de inclusão dentro de um sistema social. Sposati (2010, p.2) sinaliza que

No campo da educação, muito se pode reconhecer como medidas de equidade em busca da igualdade. Mais anos de estudo estão associados a melhores condições de trabalho, melhores condições de vida, melhores posições sociais. Ocorre que o acesso à educação tem sido historicamente, no Brasil, privilégio dos mais ricos face aos mais pobres, dos meninos às meninas - quadro este em superação pelos últimos dados estatísticos - e, dos brancos aos negros. Medidas para superar essas iniquidades têm sido denominadas de discriminação positiva, isto é, modos de favorecer o acesso à educação aos que historicamente têm sido discriminados.

Quando se levanta a questão da importância da equidade é necessário ponderar que a educação deve ser eficaz e de qualidade no sentido de garantir a inserção dos alunos na

sociedade em rede⁴ e de suas demandas em termos de conhecimentos e crescimento pessoal, como cidadão que atua e transforma o seu contexto.

A equidade na educação implica em reconhecer que nem todos aprendem ou devem ser ensinados da mesma forma igualitária, pois um processo educacional que busca a equidade pressupõe o reconhecimento e o respeito às diferenças e é capaz de fazer com que todos os alunos desenvolvam as competências e habilidades esperadas para o nível de estudo, levando em consideração as diferenças pessoais, socioeconômicas e culturais do aluno. Assim, se faz necessário que a escola não seja indiferente com as diferenças e trate de forma diferente a partir de suas necessidades e subjetividades os desiguais, pois se todos são tratados igualmente, a desigualdade permanece. De acordo com Bourdieu:

Para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando a todos os educandos, por mais desiguais que eles sejam de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura. A igualdade formal que pauta a prática pedagógica serve como máscara e justificação para a indiferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida, ou, melhor dizendo, exigida. (BOURDIEU, 1999, p.53)

A educação como direito público e respeito aos direitos humanos é um dos componentes básicos para uma sociedade democrática que pretende atender às demandas da sociedade na perspectiva da solidificação da cidadania plena, da democracia e da justiça social. A instituição escolar é produto da cultura e da história, tendo um papel estratégico na sociedade. Todavia, quando ela não é eficiente em seus objetivos e no seu fazer pedagógico, em atender as demandas da comunidade, a mesma precisa ser repensada, avaliada, na busca de sua efetivação e possíveis mudanças de rumo.

Equidade relaciona-se com educação inclusiva e com inclusão social. Esses conceitos devem ser ampliados além das políticas direcionadas à educação especial. Nesse sentido, concordamos com Padilha e Oliveira (2013) quando colocam que:

O próprio fato de haver tantas subdivisões ou categorizações de *esferas políticas* da educação parece ser indício da dificuldade de estudar o fenômeno e do desafio, maior ainda, de diminuir a marginalização de grupos

⁴ A Sociedade em Rede é caracterizada por grandes e rápidas transformações do ponto de vista tecnológico, científico e da informação. Segundo Castells (1999, p. 427) quando ocorrem mudanças nas relações de produção, de poder e de experiência, uma nova sociedade poderá ser caracterizada.

com características distintas. Consideramos que a abordagem desses conceitos implica, ainda, não limitar o debate ao estudo das políticas afirmativas que objetivam eliminar desigualdades históricas que estão acumuladas e cujo clamor de grupos excluídos é por compensar perdas irreparáveis gestadas pela intolerância, pelo preconceito e pela discriminação, étnica ou religiosa. (PADILHA; OLIVEIRA, 2013, p. 18)

Com relação, ainda, à questão da equidade destacamos que, os Institutos Federais que oferecem o ensino técnico profissionalizante, na modalidade integrada ao ensino médio e implementam as políticas de ação afirmativa, convivem também com a realidade dos altos índices de evasão e reprovação escolar e vem sendo objeto de estudo de vários pesquisadores no país.

Como sistematizou Feres Júnior (2007), as políticas de ação afirmativa têm justificativas em três eixos básicos, a saber: na reparação histórica, na justiça social e na diversidade. Assim, dois eixos principais no país servem de referencial na discussão em favor das políticas afirmativas, reparação histórica e a justiça social. Assim, não só as instituições de nível superior, como também os Institutos Federais de Educação Tecnológica, em todas as modalidades de ensino ofertadas, inclusive no ensino médio integrado, têm implementado ações afirmativas, apesar das resistências existentes no campo social. Portanto, entendemos que necessário se faz uma avaliação de todo esse processo de ingresso e permanência, na perspectiva da concepção de reparação histórica e justiça social a partir da aprovação da legislação sobre esta temática.

Um dos grandes desafios hoje, da instituição escolar, é conviver respeitando as diferenças, as subjetividades e as diversidades. Segundo Dionísio (2010, p. 226) a meta maior da instituição educacional, hoje, seria articular “a garantia da igualdade de oportunidades; o reconhecimento do mérito e do sucesso educativo; a promoção da autonomia do estudante na construção do seu projeto de vida futuro.” Na visão do citado autor, essa perspectiva de justiça é incompatível com a lógica de um modelo mercantil presente hoje na educação na medida em que dificulta a articulação dessas três dimensões em função das desigualdades na escola e na ineficiência do sistema educacional, no caso brasileiro, de promover a equidade e uma educação de qualidade.

Logo, igualdade de acesso não garante necessariamente equidade e justiça social. Portanto, as políticas públicas de inclusão social precisam está articuladas com ações que garantam a permanência, com sucesso, dos alunos na escola. Considerando a realidade social dos alunos, suas vivências e sua condição histórica, cultural e econômica para a construção de

uma escola eficaz, que garanta a equidade, ou seja, a educação para todos e como direito do cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto apresentado nesse artigo, ratificamos a necessidade de refletir sobre a importância da eficácia e da equidade como indicadores da qualidade da educação e da justiça social.

Não basta só a garantia o acesso, mas necessário se faz medidas para a garantia da permanência com sucesso dos alunos numa perspectiva de uma educação de qualidade, eficaz e equânime. Neste sentido, destacamos a importância do aprimoramento das avaliações educacionais externas em larga escala, especialmente o IDEB, para avaliação dos sistemas de ensino, em que possa levar em consideração também a realidade socioeconômica das escolas.

A implementação de uma educação de qualidade no país implica a necessidade da concentração de esforços de todos os educadores no sentido de não se medir esforços para que a escola possa fazer a diferença na aprendizagem, ou no desempenho acadêmico, de todos os seus alunos e que possibilite o êxito de todos os seguimentos sociais que necessitam da educação como forma de inclusão e inserção social. Portanto, acreditamos que a escola pode fazer a diferença, mesmo com a perversa realidade socioeconômica do país. Esta tarefa não é fácil, pois, dependerá de políticas sociais arrojadas e compromisso político de todos os segmentos sociais que desejam uma sociedade fraterna e promotora da equidade como forma de justiça social.

Portanto, muito ainda precisa ser feito em termos de políticas públicas na área educacional, bem como pesquisas sobre o ensino público no país para a garantia da eficácia e da equidade como critério para a qualidade na educação, considerando a existência de 56,2 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não frequentam a escola e nem possuem o Ensino Fundamental, conforme dados da Pnad/IBGE 2011, sinalizados no Censo Escolar de 2012.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. T. G.; FRANCO, C. A pesquisa em eficácia escolar no Brasil. In: SOARES, J. F.; BROOKE, N. **Pesquisa em eficácia escolar**: origens e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. **Escritos de Educação**. 2ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica: 2012** – Resumo técnico – Brasília, 2013c. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf. Acesso: 23 de junho de 2014.

BROOKE, N. **Em busca de um melhor desempenho**. Publicado em Gestão Escolar. Edição 011. Dez.2010/Jan.2011. Disponível em: <http://gestaoescolar.abril.com.br/formacao/nigel-brooke-fala-eficacia-escolar-615027.shtml>. Acesso: 28 de julho de 2014.

BROOKE, N.; SOARES, J. F. (Orgs). **Pesquisa em eficácia escolar**: origens e trajetórias. Tradução: Viamundi Idiomas e Traduções; Cleusa Aguiar Brooke; Rômulo Monte-Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CATUNDA, A. C. **Fatores de qualidade da educação superior**: estudo sobre os dados dos cursos de administração. 230 f. il. 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

DIAS SOBRINHO, J. **Democratização, qualidade e crise da educação superior**: faces da exclusão e limites da inclusão. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.- dez. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 28 de julho de 2014.

DIONÍSIO, B. **O Paradigma da escola eficaz entre a crítica e a apropriação social**. Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, vol. XX, 2010, p. 305-316.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. **A qualidade da educação**: conceitos e definições. Brasília, DF: INEP, 2007. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf> Acesso em: 05 de fev. de 2014.

FERREIRA, R. A.; TENÓRIO, R. M. Avaliação educacional e indicadores de qualidade: um enfoque epistemológico e metodológico. In: TENÓRIO, R. M.; LOPES, M. (Orgs). **Avaliação e gestão**: teorias e práticas. – Salvador: EDUFBA, 2010.

FERES JÚNIOR, J. Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: Estados Unidos do Brasil, **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 29, p. 63-84, 2007.

GADOTTI, M. **Qualidade na educação**: uma nova abordagem. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14_02_2013_16.22.16.85d3681692786726aa2c7daa4389040f.pdf Acesso em: 29 de julho de 2014.

MURILLO, F. J. **Um panorama da pesquisa ibero – americana sobre a eficácia escolar**. In SOARES, J. F.; BROOKE, N. Pesquisa em eficácia escolar: origens e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

PADILHA, A. M. L.; OLIVEIRA, I. M. Inclusão escolar, diversidade e desigualdades sociais. In: PADILHA, A. M. L.; OLIVEIRA, I. M. (Orgs). **Educação para todos**: as muitas faces da inclusão escolar. Campinas, SP; Papirus, 2013.

SAMMONS, P. As características-chave das escolas eficazes. In SOARES, J. F.; BROOKE, N. **Pesquisa em eficácia escolar**: origens e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. **Escolas de Ensino Fundamental**: contextualização dos resultados. Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 12, p. 145-158, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em: 28 de julho.

SPOSATI, A. Equidade, In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: <http://www.gestrado.org/pdf/270.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2014.